

A Justiça do Trabalho na França

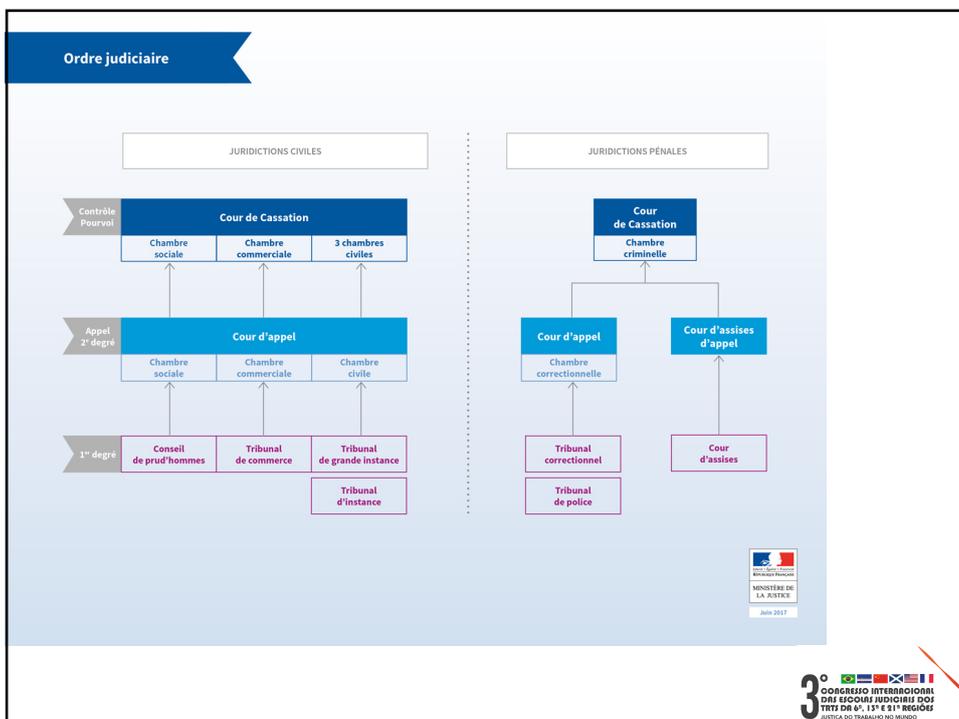
Prof. Dr. Jorge Boucinhas Filho



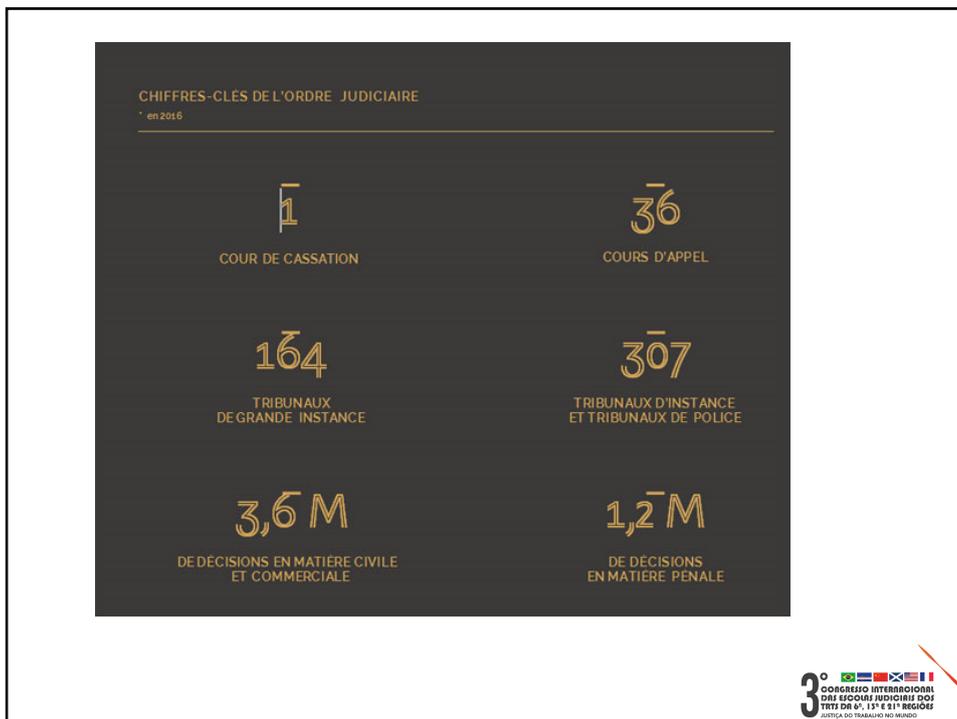


3º CONGRESSO INTERNACIONAL DAS ESCOLAS JUDICIAIS DOS TRTS DA 6ª, 13ª E 21ª REGIÕES JUSTIÇA DO TRABALHO NO MUNDO

1



2



3

Conseil de prud'hommes

Fundados em 1806, os tribunais industriais são, em certo sentido, os "juízes do trabalho".

Representando os funcionários e os empregadores, os conselheiros do tribunal do trabalho são eles próprios do mundo do trabalho.

3^o CONSELHO INTERACIONAL DE ESCOLAS JUDICIAIS DOS TRTTS DA 6^a, 13^a E 21^a REGIÕES
JUSTIÇA DO TRABALHO NO MUNDO

4

Cour d'appel

- Analisa fatos e direito: examina os elementos materiais do caso e verifica se não houve erros de direito.
- Pode confirmar a decisão tomada pelos primeiros juízes ou invalidá-la (ou seja, anulá-la), reformar total ou parcialmente.
- é composto apenas por magistrados profissionais: um primeiro presidente, presidentes de câmara e consultores.
- O Ministério Público é representada nas audiências da Corte de Apelação pelo Procurador-Geral ou por um de seus Conselheiros Gerais ou Vice-Procuradores-Gerais.

5

Cour de cassation

- Mais alto tribunal do judiciário.
- Situa-se em Paris e exerce sua jurisdição sobre todo o território francês.
- Não julga os fatos novamente. Apenas verifica se a lei foi aplicada corretamente e da mesma maneira por todos os tribunais e cortes de apelação.
- Julga os recursos de cassação interposto por quem tenha sido objeto de uma decisão judicial ou pelo Ministério Público.

6

Conselho Superior de Prud'homia

Criado por lei em 1982, é um órgão consultivo. Além do Presidente, o Conselho Superior do Trabalho é composto por cinco membros representando o Estado, nove membros representando empregados, nomeados sob proposta dos sindicatos mais representativos, nove membros representando empregadores. O presidente é nomeado por ordem conjunta do Ministro da Justiça, do Ministro da Justiça e do Ministro do Trabalho.



7

é chamado a formular opiniões, sugestões e realizar estudos sobre a organização e funcionamento dos Conselhos de Prud'hommes



8

<p>Taxa de recurso das decisões superior à dos demais tribunais</p>	<p>A taxa de recurso das sentenças dos tribunais trabalhistas foi de 71,7% em 2012. É superior à dos demais tribunais de primeira instância (é de 55% para os tribunais, 54% para tribunais superiores)</p>
	

9

<p>A taxa de confirmação das decisões é inferior à dos demais tribunais</p>	<p>"a taxa total de confirmação de sentenças [da Justiça do Trabalho] (28,3%) é muito mais baixa do que a encontrada para apelos de outras jurisdições (de 46 a 53,6%)" Relatório Lacabarats</p>
	

10

Justiça do Trabalho na França

- 230.000 novos casos por ano (2011).
- Procedimento "oral" com contraditório assegurado mesmo quando as partes não estão representadas por um advogado ou um representante sindical,
- elas devem proceder, em tempo útil (bem antes do dia da audiência), à troca dos documentos que serão acrescentados aos debates; as partes podem produzir conclusões escritas (não vinculativas) que também precisarão ser comunicadas



11

Primórdios dos Conselhos de Prud'hommes

No final do século XVIII e início do século XIX existiam pequenos "tribunais" destinados à promover a conciliação entre os fabricantes de seda e os trabalhadores de Lyon, os chamados canuts

Eles inspiraram Napoleão Bonaparte à criar, em 1806 os Conselhos de Prud'homme em Lyon.

Em Paris, um tribunal trabalhista para as indústrias metalúrgicas foi criado em 1845, depois em 1847, tribunais industriais para tecidos, produtos químicos e várias indústrias.



12

2ª República

Conferiu aos Conselhos de Prud'Hommes um elemento importante de sua forma atual, a composição paritária, a ideia de "empregadores" e "empregados" tomando decisões juntos.



13

Perfil dos integrantes dos Conselhos de Prud'hommes

A lei de 1848 declarou que todos os empregadores, capatazes, operários e jornalistas com 21 anos de idade seriam elegíveis para o Conselho se pudessem ler e escrever e se estivessem domiciliados por pelo menos um ano no círculo eleitoral do conselho.



14

**Em meados do século XIX já há 80
Conselhos de Prud'hommes na França.**



15

**O procedimento preliminar de conciliação
é bem-sucedido (no momento) em 90%
dos casos e os julgamentos tentam
desenvolver uma jurisprudência com
base na prática local.**



16

Como resultado, os prud'hommes despertaram o interesse do movimento operário: em 1848 todos os trabalhadores se tornaram eleitores elegíveis e em 1880 o presidente e o vice-presidente foram eleitos de acordo com o sistema de paridade. Uma lei de 1905 retira a voz preponderante do presidente e transfere os recursos dos tribunais comerciais para os tribunais civis. Durante o segundo século de existência, os tribunais industriais foram estendidos a novas profissões, abertas a mulheres (desde 1907 eleitores, elegíveis desde 1908) e estrangeiros [ref. necessário]; eles se tornaram elementos da social-democracia. Em 1907, uma lei é aprovada e estabelece uma jurisdição social real, reconhecida como competente em disputas trabalhistas individuais. Em 1908, um decreto de 15 de novembro de 1908 (às vezes chamado de "lei dos prud'femmes") estabeleceu que as mulheres agora eram elegíveis⁶.



17

Da 4^a República até os dias atuais

Uma reforma implementada em 1979, a lei de Boulin, generaliza a instituição: tanto geograficamente quanto na cobertura de ramos de atividade; uma medida legislativa final virá 3 anos depois para reduzir os mandatos eleitorais para 5 anos.

Até o final de 2008, havia 271 tribunais industriais, mas a reforma do mapa judicial liderada pela Ministra da Justiça, Rachida Dati, levou ao fechamento de 63 deles. Apenas 61 exclusões são finalmente executadas, tendo o Conselho de Estado cancelado duas.



18

<h2>Localização dos Conselhos de Prud'hommes</h2>	<p>varia (dependendo da população, tecido econômico etc.), mas a lei afirma que deve haver pelo menos um na jurisdição de cada tribunal distrital.</p>
	

19

<h2>Competência territorial</h2>	<p>A disputa é examinada pelo tribunal industrial em que o contrato de trabalho é executado (exceto exaustivamente enumerado por lei) ou na jurisdição em que o domicílio do funcionário reside.</p>
	

20

Paritarismos

O respeito ao paritarismo significa que as presidências e vice-presidentes alternam, de um ano para o outro, entre a faculdade assalariada e a faculdade de empregadores em termos de conselhos e seções (assim, quando o presidente do conselho é um empregado, o vice-presidente é um empregador). Durante o ano, para as audiências, a Presidência recai alternadamente em cada uma das faculdades.

21

Escolha dos Conselheiros

Desde a ordem n ° 2016-388 de 31 de março de 2016, os conselhos de Prud'hommes não são mais eleitos, mas nomeados.

22

Mudanças no processo de escolha

Antes da reforma, eram realizadas eleições a cada cinco anos. Empregados e empregadores foram chamados a votar para indicar seus conselheiros do tribunal do trabalho em votação proporcional. A votação ocorria na prefeitura ou em outro local próximo ao local de trabalho e as eleições do candidato e do empregador eram realizadas em duas seções eleitorais separadas.

O governo queria há vários anos abolir as eleições para os Conselhos de Prud'home, sobretudo em razão do custo representado por essas eleições, estimado em cerca de 100 milhões de euros.

A partir de agora, os conselheiros trabalhistas não serão mais eleitos, mas simplesmente nomeados pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro do Trabalho. Este compromisso é válido por 4 anos.

As novas regras entraram em vigor parcialmente a partir de fevereiro de 2017 e totalmente a partir de 2018.



23

Mandato

O mandato do advogado é de quatro anos e é renovável por um novo mandato completo, mesmo a partir do décimo ano após o término de todas as atividades profissionais (se houver uma eleição naquele ano). Até a lei de 20 de agosto de 2008, que agora se baseia nas eleições de representantes de empregados em empresas, as eleições para o tribunal do trabalho constituíam o principal teste de representatividade para os sindicatos de empregados.



24

<h2>Gênero</h2>	<p>Os conselheiros são nomeados para um mandato de 4 anos, sendo que atualmente é composto de 75% de conselheiros do gênero masculino, mas essa realidade vem sendo modificada ante uma nova legislação que determinou o número de 50% de mulheres para composição do Tribunal do Trabalho.</p>
	

25

<h2>Os conselheiros prud'hommes exercem-se de forma voluntária, mas são eles:</h2>	<p>ser compensados de forma fixa pelo tempo gasto em suas funções, se representarem empregadores ou pessoas sem nenhuma atividade profissional (candidatos a emprego, aposentados etc.),</p> <p>são normalmente pagos, se ativos e eleitos entre o colégio de empregados; o empregador em causa é então reembolsado pelo Estado, o salário assim mantido e as contribuições para a segurança social.</p>
	

26

Estabilidade	Durante o seu mandato e até seis meses após o final do mesmo mandato, os conselheiros assalariados do trabalho não podem ser demitidos sem a autorização da inspeção do trabalho (eles têm o status de empregados protegidos).
	

27

Crítica	Essa jurisdição é frequentemente criticada pelo fato de os conselheiros não serem profissionais jurídicos.
	

28

Independência

Os conselheiros judiciais trabalhistas exercem suas funções com total independência, imparcialidade, dignidade e probidade e se comportam de maneira a excluir qualquer dúvida legítima a esse respeito. Abstêm-se, em particular, de qualquer ato ou comportamento público incompatível com suas funções.

29

Dever de sigilo

Eles estão vinculados ao sigilo das deliberações. Eles são proibidos de qualquer ação concertada que possa interromper ou dificultar o funcionamento dos tribunais quando a remessa do exame de um arquivo puder levar a consequências irremediáveis ou manifestamente excessivas para os direitos de uma parte.

30

Redução expressiva no número de Conselhos de Prud'homme

Os Conselhos de Prud'hommes são penalizados pela falta de meios materiais e pela redução de funcionários públicos. Em 2008, um terço dos tribunais industriais foram abolidos por causa da reforma do mapa judicial



31

Impacto da redução no número de Conselhos na duração dos processos

Em 2010, a duração média dos casos concluídos excluindo os referidos foi de 13,7 meses contra 7,2 meses no tribunal comercial e 9,3 meses no tribunal distrital¹⁹. Em 2012, a duração média dos casos concluídos excluindo os referidos foi de 15,5 meses e pode atingir, respectivamente, 21,4 e 22,9 meses em algumas placas particularmente congestionadas, como Nanterre e Bobigny



32

A espera pelos julgamentos aumentou a despeito de uma redução no número de ações

Em 2015, o número de casos concluídos totalizou 194.231 (aumento de 3,2% em relação a 2014). O número de novos processos foi de 184.096, queda de 1,9% em relação a 2014.

3 O GOVERNO INTERMUNICIPAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DOS ITZYS DA 6ª, 13ª E 21ª REGIÕES
JUSTIÇA DO TRABALHO NO MUNDO

33

O estado francês vem sendo condenado repetidamente por disfunção do serviço público de justiça

3 O GOVERNO INTERMUNICIPAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DOS ITZYS DA 6ª, 13ª E 21ª REGIÕES
JUSTIÇA DO TRABALHO NO MUNDO

34

O fundamento das condenações é o artigo 6 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, que estabelece que "todos têm o direito de que seu caso seja ouvido de forma justa, pública e dentro de um prazo razoável"

